

Editorial

Sustentabilidade – um conceito que se tornou um valor societal

Marcel Bursztyn, Carlos Hiroo Saito, Frédéric Mertens e Patrícia Mesquita

doi:10.18472/SustDeb.v14n3.2023.51638

No âmbito das ciências, *conceitos* servem para qualificar situações ou fenômenos que catalisam atenções e/ou constituem objetos de estudo. Conceitos são palavras, como quaisquer vocábulos do nosso dia a dia. Mas são palavras que traduzem conteúdos geralmente complexos, cujo entendimento demanda, em suas definições, muitas palavras. Conceitos são, portanto, sínteses de ideias.

Muitas vezes um mesmo termo é usado em diferentes contextos científicos, expressando conteúdos diversos. Por exemplo, os economistas se valem da ideia de *desenvolvimento* para se referir a processos associados à melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de uma sociedade. Os urbanistas usam a mesma palavra com outro significado: *desenvolvimento* como o modo de organizar e valorizar um determinado espaço territorial. Na medicina, a mesma palavra pode ter um significado bem mais geral: desenvolver resistência a um determinado medicamento. Em biologia, *desenvolvimento* é um processo de diferenciação, crescimento e formação dos seres vivos. O que para um campo científico é um conceito, para outro pode ser apenas uma palavra.

Na prática, conceitos são palavras que resumem conteúdos que demandam muitas palavras para serem descritos. Em sua obra *Economic Philosophy*, Joan Robinson afirma que nem tudo o que é entendido pelo sentido de uma palavra representa um conceito. Ela argumenta que não podemos, por exemplo, definir o que é um elefante, mas apenas descrever. Um elefante tem quatro patas, duas orelhas e uma tromba, mas o tapir também tem. Elefante não é, portanto, um conceito.

O uso de conceitos facilita a comunicação entre cientistas de uma mesma área do conhecimento. Quando um físico se refere ao termo *quântico*, seus pares sabem a que está se referindo. Mas quando o mesmo cientista busca apresentar suas ideias a pessoas não iniciadas na sua disciplina, terá de usar muitas palavras para se referir ao mesmo termo.

Alguns conceitos já nasceram com a pretensão de universalidade, como algo que pudesse (ou devesse) ser entendido e assimilado por todos, independentemente da especialidade de cada um. Talvez, por conta dessa abrangência, sejam conceitos por vezes fluidos, que às vezes demandam qualificações adicionais para serem devidamente entendidos. *Bem-estar* é um desses conceitos. Mas somos forçados, geralmente, a apontar a que tipo de bem-estar nos referimos: material, físico, social ou espiritual.

Conceitos universais e de amplo entendimento tendem a constituir *valores*, que são crenças e convicções que definem o que é importante e prioritário para as pessoas e a sociedade. Portanto, valores orientam também princípios que determinam regras de comportamento individual e coletivo. São exemplos a honestidade, a liberdade e o respeito ao próximo. Esses valores, ao se derivarem de conceitos universais, herdaram também destes a sua fluidez e universalidade.

A liberdade, anteriormente exemplificada, foi brilhantemente retratada por Cecília Meireles, em seu *Romanceiro da Inconfidência*: "Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda...". Mas precisar o termo para não continuarmos no estado de não se explicar é cada vez mais fundamental para que as pessoas entendam, da mesma

maneira, para que, por exemplo, essa liberdade seja utilizada como argumento para a realização de atos golpistas ou veicular inverdades negacionistas. O mesmo deve valer para o termo *sustentabilidade*.

O conceito de *sustentabilidade* surgiu, formalmente, ao final dos anos 1980, quando foi incorporado como eixo central do relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado sob a coordenação de Gro Harlem Brundtland. Nunca é demais relembrar, aqui, a definição de *sustentabilidade*, conforme consta no Relatório Brundtland:

“desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades”.

O documento serviria de referência para os debates que ocorreriam na conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Como uma ideia nova, que evocava a importância da dimensão ecológica no contexto do desenvolvimento econômico, o conceito de *sustentabilidade* lançado em 1987 trouxe também um elemento novo e adicional: a consideração das futuras gerações como parte integrante, a ser acatada nas decisões humanas. Isso significaria mudanças notáveis em atitudes, e mesmo a necessidade de revisão de valores até então considerados como *ethos* sociais da modernidade, como é o caso da liberdade. Afinal, até aonde pode ir a liberdade de uns, no presente, diante dos riscos de comprometer o direito de existir (o imperativo da *perenidade da vida*) de alguém que ainda não nasceu?

De certa forma, a formulação do que deveria ser a *sustentabilidade* resgata o *princípio da responsabilidade*, lançado por Hans Jonas em 1979, e que estabelecia o mandamento “que exista a humanidade”, entre os direitos e deveres a serem considerados no contrato social (Bartholo Jr; Bursztyn, 2001). Nesse sentido, ainda que tenha sido lançado como um conceito, a sustentabilidade já nasceu como uma proposta de princípio, já que postulava mudanças nas condutas dos humanos, indicando como deveriam se comportar. Vale dizer que o conceito não foi rápida e profundamente entendido e assimilado.

Por muitos anos, a diferença entre crescimento sustentado e desenvolvimento sustentável opôs economistas e ambientalistas. A escala temporal da gestão dos negócios (área de interesse de economistas) e das decisões políticas (de interesse dos gestores públicos) é bem diferente daquela da natureza (de interesse dos geólogos e biólogos). Eras geológicas se medem em milhões de anos, enquanto o tempo da economia se mede em anos e o dos políticos se mede em legislaturas de 4 ou 5 anos. Foi preciso que ficassem evidentes fenômenos como a escassez de matérias-primas, a degradação dos mares, a poluição das águas, as mudanças climáticas, a crise energética, entre outros, para que houvesse um melhor entendimento de que as diferentes escalas temporais têm alto grau de sinergia. A economia afeta a natureza e a natureza afeta a economia!

É nesse contexto que podemos inferir, hoje, que *sustentabilidade* deixa de ser simplesmente um *conceito*, que interessa a quem se interessa pela natureza, para se tornar um *valor*, que diz respeito a toda a sociedade. Como valor humano, a sustentabilidade deve guiar atitudes e comportamentos de todos os povos, grupos de interesse e categorias de atores sociais, em todos os lugares do planeta.

E é como valor societal que a SiD se apresenta como um espaço acadêmico interdisciplinar.

Esta edição da revista SiD, volume 14, número 3, traz 10 artigos, sendo sete do Dossiê “Transições Energéticas Justas” e mais três artigos na seção *Varia*.

Primeiramente, Paulino *et al.* discutem os avanços da energia eólica no Nordeste com enfoque nos conflitos socioambientais que afetam a população residente no entorno das usinas, sendo seguido por Araújo e Gorayeb que abordam o problema da aceitação social da tecnologia de geradores eólicos e a percepção dos membros de uma comunidade sobre aspectos que dizem respeito às injustiças

procedimental e distributiva. Já González *et al.* apresentam uma discussão comparativa sobre as consequências de diferentes arranjos institucionais para o avanço das “comunidades energéticas”, e Baigorrotegui *et al.* abordam os problemas relativos à manutenção da rede de energia em Puerto Edén, extremo sul da Patagônia chilena.

Por fim, como últimos artigos do Dossiê “Transições Energéticas Justas”, Costa *et al.* discorrem sobre a relevância das linhas de transmissão para a promoção do acesso a fontes renováveis de energia no âmbito do ODS 7, Araújo *et al.* procuram demonstrar a aplicabilidade da modelagem espacial no planejamento locacional de projetos de transmissão, e Wolffenbüttel dialoga sobre como os indivíduos mobilizam valores “funcionais e simbólicos” enquanto critérios para a aquisição de automóveis elétricos.

Em nossa seção Varia, Zulkifli *et al.*, empregando uma abordagem de análise de viabilidade financeira, apresentam um estudo de viabilidade financeira de uma empresa estatal de cana-de-açúcar na Indonésia, enquanto Canã e Loor abordam as repercussões sociais e ambientais em comunidades amazônicas devido à mineração de ouro após o término das concessões oficiais, enfatizando a necessidade de incorporação de princípios de sustentabilidade nas concessões para prevenir tais efeitos. Como último artigo do ano, Amaral *et al.* apresentam um estudo comparativo sobre as legislações de qualidade do ar, comparando as normas técnicas vigentes sobre qualidade do ar no Brasil em relação a normas internacionais.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura e um ano novo repleto de saúde e paz.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO Jr.; R.; BURSZTYN, M. Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. *In*: BURSZTYN, M. (Ed.) **Ciência, Ética e Sustentabilidade**, Ed. Cortez/Unesco, São Paulo, 2001.

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future**. World Commission on Environment and Development – UN, Oxford University Press, Oxford – UK, 1987.

JONAS, H. Zur ontologischen Grundlegung einer Zukunftsethik. *In*: Philosophischen Untersuchungen und metaphysische Vermutungen. Insel, Frankfurt am Main & Leipzig, 1992.

MEIRELES, C. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

ROBINSON, J. **Economic Philosophy**. Pelican Books, Middlesex – UK, 1962.